Acervo ISA

Brasil perde com biopirataria na selva

LOURIVAL SANT'ANNA
Brasília

Quando se fala em biopirataria, o que se imagina são contrabandistas, na calada da noite, esgueirando-se na floresta, para levar para longe princípios ativos, mudas de plantas, bichos, os segredos das riquezas naturais do Brasil, que os índios entregam por ninharia. Esse método furtivo até pode existir. Há outro sistema, no entanto, mais ostensivo: muitos biopiratas têm entrado pela porta da frente da Funai, em Brasília. Eles obtêm autorização para ficar na Amazônia o tempo que for necessário para arrancar o que meses depois se verá patenteado e vendido por multinacionais dos EUA, da Europa e do Japão, sem que o Estado brasileiro ou os índios tenham participação nos lucros. Ao contrário, o País paga royalties. O **Estado** é o primeiro órgão de imprensa a ter acesso aos arquivos da Funai para mapear a rede mafiosa da biopirataria em terras indígenas. ONGs que criticam o desempenho do governo nas esferas ambiental e indígena promovem ações em lugar do Estado, voltam os índios contra a Funai e firmam convênios com laboratórios. Os segredos da floresta estão em leilão. **Pág. A20**

9/8/98 A1 e A20

Acervo ISA

RECURSOS GENÉTICOS

Biopiratas entram no País pelas portas da Funai

Quando se fala em biopirataria, o que se imagina são contrabandistas, na calada da noite, esgueirando-se na floresta, para levar para longe princípios ativos, mudas de plantas, bichos, enfim, os segredos das riquezas naturais do Brasil, que os índios entregam por ninharia. Esse método furtivo até pode existir, eventualmente em escala considerável. Há outro, no entanto, mais ostensivo e sistemático: muitos biopiratas têm entrado pela porta da frente da Funai em Brasília. Obtêm autorização oficial para entrar e permanecer na floresta o tempo que for necessário para arrancar o que meses depois se verá patenteado e vendido por multinacionais dos EUA, da Europa ou do Japão, sem que o Estado brasileiro ou os índios que transmitem seus conhecimentos tenham participação nos lucros. Ao contrário, o Brasil passa a pagar royalties.

O **Estado** *é o primeiro órgão de imprensa a ter acesso aos arquivos da Funai para mapear a rede mafiosa da biopirataria em terras indígenas. Entidades que criticam o desempenho do governo nas esferas ambiental e indígena promovem ações em lugar do Estado, voltam os índios contra a Funai e firmam convênios com laboratórios de universidades e empresas multinacionais. Os segredos da floresta estão em leilão, e quem dá mais nunca é sequer brasileiro. A batalha chegou ao campo da legislação. Projeto de lei sobre o acesso a recursos genéticos e portaria da Funai regulamentando o ingresso em terra indígena são objeto de pressões brutais de multinacionais e ONGs. Aí se joga o destino dos últimos segredos e riquezas que restam na floresta.*

LOURIVAL SANT'ANNA
Enviado especial

BRASÍLIA – A professora Mari Baiocchi parece não acreditar no que está ouvindo. O cacique Cotóque e o índio Amanuá, da tribo camaiurá, tentam convencer a coordenadora de Estudos e Pesquisas da Fundação Nacional do Índio (Funai) a autorizar o marroquino Kamal Benjelloun a entrar no Parque do Xingu, em Mato Grosso. Seus argumentos deixam a antropóloga perplexa. "Kamal já é pajé", atesta Amanuá. "Meu pai já ensinou tudo para ele", completa Cotóque, filho do cacique Tacumã.

Desde 1987, o empresário Benjelloun visita o Xingu, com a autorização da Funai e a convite dos índios, em troca de presentes. Na véspera dessa reunião, ocorrida no dia 31 de julho, na Funai, ele havia dado US$ 1.300 para o pajé Sapaim, que fazia gestões, em Brasília, pela concessão da autorização ao marroquino. Benjelloun disse que estava levando US$ 17 mil para o cacique Tacumã.

Partiu com os índios para o Xingu no sábado, em avião por ele fretado. A professora, resignada diante das pressões dos índios, concedeu autorização em caráter especial, já que a documentação de Benjelloun não cumpria os requisitos: projeto, vacinas, etc. Limitou-se a enviar um funcionário seu, Marco Antônio do Espírito Santo, para seguir o marroquino por toda parte, e a conceder apenas uma semana, quando ele solicitava dois meses.

"O governo faz tudo para atrapalhar", disse Benjelloun ao **Estado**, já com a autorização na mão. Benjelloun é apenas um exemplo de relacionamento direto que empresários, pesquisadores, missionários e ativistas de organizações não-governamentais ONGs) estabelecem com os índios. Não só driblam a Funai, a representante do Estado brasileiro nessa área, mas, muito freqüentemente, indispõem os índios contra o órgão. A falta de credibilidade e mesmo a ausência da Funai e do Estado nas terras indígenas propiciam a empreitada.

Método de ação – Já há uma metodologia para estabelecer esse relacionamento. Tudo começa com um contato direto com os índios, com ou sem autorização da Funai. Os índios são seduzidos com presentes e declarações de amizade. "Índio acredita no que dizem para ele", diz a professora. Em seguida, promove-se a criação de associação dos índios da aldeia ou da reserva. É com elas que o novo amigo dos índios negociará. Quando finalmente é feito contato com a Funai, os índios já estão organizados e motivados em torno do projeto.

Ao entrar em cena, a Funai tem sido extraordinariamente compreensiva, como atestam os exemplos de autorização (*ver quadro*), que são só uma pequena amostra. Em muitos dos processos, técnicos – antropólogos, geólogos, etc. – contratados pela Funai para dar os seus pareceres recomendaram exigências como relatórios finais sobre resultados de pesquisas, assinatura de convênio estipulando porcentagem de lucros para os índios e assim por diante. Essas exigências freqüentemente não são cumpridas, mas nem por isso as autorizações deixaram de ser renovadas, constatou o **Estado**, pesquisando os arquivos da Funai.

O presidente da Funai, Sulivan Silvestre Oliveira, que assumiu há um ano, disse que pretende estabelecer "o controle sobre a entrada e permanência" em terra indígena, regulamentar e rever os convênios com missões religiosas, pesquisadores e ONGs. Para isso, tem uma portaria redigida, que já obteve o aval do Ministério da Justiça, mas é alvo de intenso bombardeio dos evangélicos, com seu temido lobby no Congresso, e das ONGs, com sua reconhecida influência sobre a opinião pública e o governo.

"Muitas vezes, a Funai não representa os interesses dos índios", observa a assessora Jurídica do Instituto Socioambiental (ISA), Juliana Santilli, ao defender a negociação direta entre empresários ou pesquisadores e as comunidades indígenas. "Muitas vezes, os índios têm de se defender da Funai", acrescentou, preferindo não mencionar casos concretos. "Sempre que possível, é melhor para o índio negociar diretamente."

O projeto de lei sobre acesso a recursos genéticos, apresentado em 1995 pela senadora Marina Silva (PT-AC) e modificado pelo relator Osmar Dias (PSDB-PR), prevê o controle e a intermediação do Estado, por intermédio de conselho cuja composição seria definida pelo Executivo. "Quando uma ONG propõe que a negociação seja direta com os índios, é porque existe aí o dedo de alguma multinacional", afirmou ao **Estado** o senador Osmar Dias.

PROPOSTA É CONTROLAR A PRESENÇA DAS MISSÕES

"O Estatuto do Índio garante às comunidades indígenas o direito de manter contatos diretos com quem quiserem, a não ser no caso de índios isolados", argumenta Márcio Santilli, conselheiro do ISA. "Esses contatos só vão multiplicar-se, e não vai ser portaria de presidente da Funai que vai impedir isso."

O diretor do Departamento de Índios Isolados da Funai, Sydney Possuelo, acha que o órgão tem de estar presente em todas as negociações, embora a intervenção deva variar de acordo com o grau de aculturação dos índios. "Quando surge um problema, as ONGs podem dar as costas e ir embora", diz Possuelo. "O Estado, não, pois tem responsabilidade sobre os índios."

O ISA considera que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) bastaria para supervisionar convênios de pesquisa de recursos genéticos, também nas terras indígenas. Mas, e a especificidade de lidar com os índios, que detêm conhecimentos valiosos sobre esses recursos, concentrados em suas terras, e são fáceis de enganar e de contentar com migalhas?

Santilli, que foi presidente da Funai entre 1995 e 1996, responde que o órgão "não tem qualquer qualificação para intermediar relações com os índios". O ex-deputado federal acusa a Funai de "surto corporativo". E denuncia: "Foram pessoas da Funai que subverteram a tutela e permitiram a biopirataria."

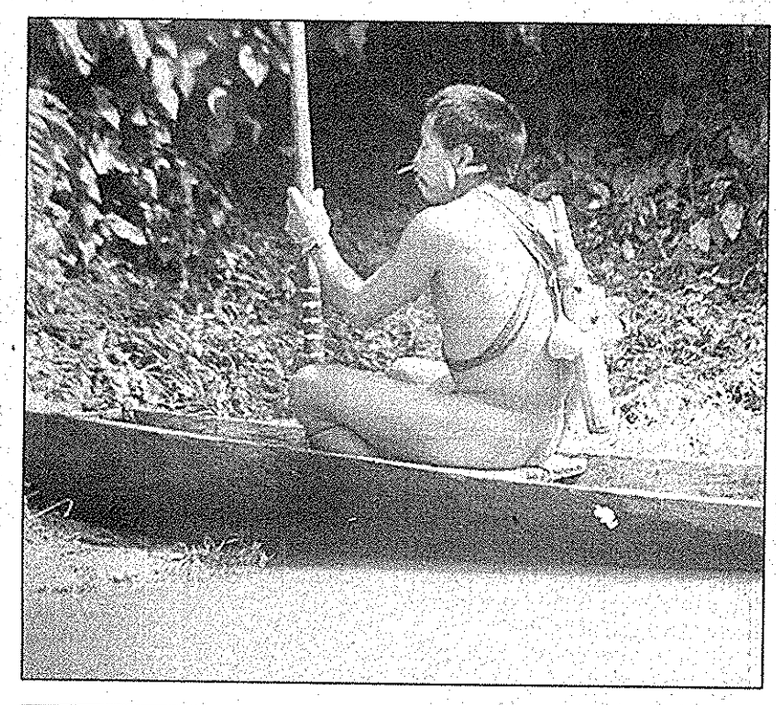
Sobre a mesa da professora Baiocchi pousam diariamente pedidos de autorização de ingresso em terra indígena das mais diversas origens e inspirações.

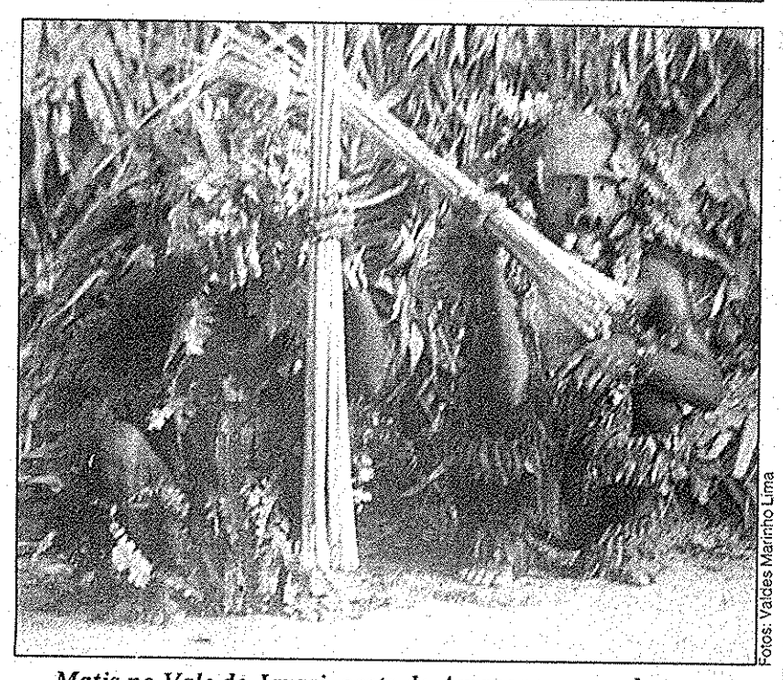
Na quinta-feira, cedendo a pressões – e à constatação da existência de um antigo convênio –, a coordenadora de Estudos e Pesquisas da Funai autorizou a entrada de uma equipe da Regnskogsfondet, a versão norueguesa da Rainforest International, na Reserva Alto Rio Negro, noroeste do Amazonas. Eles entrarão com nove pessoas, entre pesquisadores, cinegrafistas e quatro estudantes de 15 anos, para filmar as reações no encontro entre os jovens noruegueses e os índios uaiapis.

ONGs financiadas pela entidade norueguesa, como o ISA e o Centro de Trabalho Indigenista, assim como a embaixada norueguesa, trabalharam pela autorização.

Disputa política – Não há indícios de envolvimento direto em biopirataria por parte do ISA ou do CTI. O que esses casos testemunham é uma clara disputa política entre as entidades, de um lado, e a atual presidência da Funai, de outro, quanto ao controle sobre o acesso a terras indígenas. Na opinião do presidente da Funai e de seu braço direito, a professora Baiocchi, a ausência – ou complacência – do órgão indigenista do Estado abre caminho para a biopirataria. Já as ONGs consideram que o Estado não pode evitá-la.

"Não é com poder de polícia, mas com uma estratégia de pesquisa em recursos genéticos que o País pode superar o problema", diz o ex-presidente da Funai Márcio Santilli. Isso porque o Brasil tem perdido sistematicamente a corrida ao patenteamento dos princípios ativos. Mas, e nesse ínterim? "Querem enfraquecer ainda mais o Estado", lamenta a professora Baiocchi.





Fotos: Valdes Marinho Lima

Matis no Vale do Javari, oeste do Amazonas, uma das áreas mais cobiçadas pelos biopiratas: o conhecimento dos índios sobre o uso de plantas medicinais e outras riquezas que a floresta esconde é revelado em troca de presentes e serviços de assistência médica, de valor ínfimo se comparado com os lucros auferidos pelos laboratórios

O MAPA DO TESOURO

Exemplos de autorizações de ingresso em terra indígena concedidas pela Funai

de 3 a 13/7/96

4 britânicos da Yorkshire Television e 3 brasileiros do Museu Goeldi

área: Caritiana

finalidade: "documentário para o Discovery Channel sobre história natural, com enfoque na evolução da preguiça terrestre e sua importância cultural na região"

observação: caritianas denunciaram a coleta de sangue de 300 índios por membros da equipe, que teria sido vendido à empresa americana Coriell Cell Repositories

de novembro/96 a novembro/97

pesquisadora da Universidade Califórnia, Berkeley

área: Vale do Javari

finalidade: "coletar dados sobre a composição de floresta na região habitada pelos matis, para formular comparações com grupo maioruna estudado anteriormente; acompanhar expedição de caça dos índios e seus ritos propiciatórios da caçada"

observação: segundo relatório, "a pesquisadora implantou quatro lotes de amostragem botânica, coletando informações de cada espécie, inclusive uso medicinal de tais árvores"

de agosto a dezembro/97

3 pesquisadores da Universidade Estadual da Pensilvânia

área: Tembé

finalidade: "desenvolver estudos sobre a ecologia das populações tembé, visando o manejo e comercialização de produtos florestais não-madeireiros; serão coletados folhas, flores e frutos"

observação: não foi enviado relatório final sobre os resultados da pesquisa

julho a setembro/93

pesquisador do Royal Kew Gardens (jardim botânico de Londres)

área: Ianomâmi

finalidade: avaliar a eficácia da fitoterapia tradicional ianomâmi, para identificar possíveis plantas com potencial antimalárico, com coleta de amostras de herbário para análise

observação: não foi enviado relatório final sobre resultados e conclusões

1990

7 pesquisadores da Universidade Federal do Paraná

áreas: Marrecas e Rio das Cobras

finalidade: coleta de sangue dos caingangues e guaranis "para estudo de histocompatibilidade" (reações a transplantes)

observação: a pesquisa foi patrocinada pela Universidade Duke, Carolina do Norte, e o sangue foi enviado para o Japão

1990

equipe alemã

áreas: Paracanã, Apitereua, Cararaô, Coatinemo, Trocará, Araueté, Igarapé, Ipixuna, Araras, Xicrim, Bacajá, Uaiapi, Paru de Este, Tucumaque, Caiapó, Mundurucu, Vaça, Galibi e Juminá

finalidade: pesquisa sobre técnicas de uso do solo e coleta de "material biomédico" para estudo do DNA dos linfócitos e delineamento do genoma dos índios

de setembro/95 a julho/96

equipe da Universidade Autônoma de Nuevo León (México) e Fundação Universidade Federal do Amapá

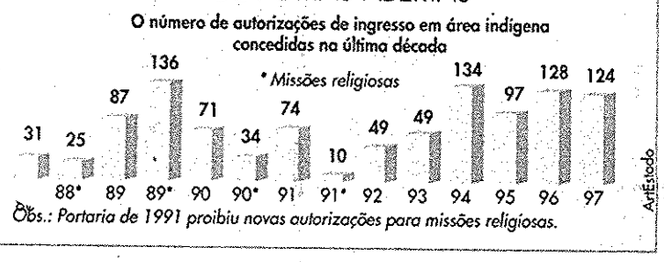
área: Uaiapi

finalidade: investigar, identificar e cultivar as plantas tidas como medicinais pelos uaiapis

observação: o material foi levado para o México

DE PORTAS ABERTAS

O número de autorizações de ingresso em área indígena concedidas na última década



Obs.: Portaria de 1991 proibiu novas autorizações para missões religiosas.

Arte/Estado

Índios sentem-se roubados por brasileiros e estrangeiros

Empresa americana de biogenética fala do sangue dos caritianas e suruís, de Rondônia, na Internet

BRASÍLIA – O site na Internet da empresa americana de biogenética Coriell Cell Repositories combina o futurista com o sinistro. Na apresentação, a empresa explica que, "ao fornecer os recursos para a pesquisa do genoma humano, o Banco de Células Mutantes Humanas provê cientistas com os materiais para acelerar descobertas sobre genes de doenças". Esse é o lado futurista.

"Os recursos disponíveis incluem culturas de células altamente caracterizadas, viáveis e livres de contaminação, bem como amostras de DNA dessas culturas de alta qualidade e bem caracterizadas." Sinistro? Isso não é tudo. O material vem classificado por etnias, e lá está o sangue dos índios caritianas e suruís, de Rondônia.

Segundo denúncias feitas pelos próprios índios à Comissão de Biopirataria do Congresso, constituída no ano passado, o sangue teria sido extraído por equipes de pesquisadores que entraram na terra indígena, em 1996, para realizar documentários. A autorização da Funai previa o documentário apenas. A justificativa para a retirada do sangue era tratamento contra malária e anemia – a título de retribuição – por médicos que acompanhavam as equipes.

Por volta de 1992, uma equipe de pesquisadores italianos freqüentou as aldeias dos culinas e dos marubos, no Vale do Javari, oeste do Amazonas. Em troca de presentes, foram instruídos pelos pajés sobre o uso da secreção de uma espécie de sapo da região. Os índios queimam a ponta do cipó para furar a pele e aplicar esse líquido, que tira a dor. O produto foi convertido em poderoso analgésico e patenteado na Europa.

Durante a Jornada sobre Acesso a Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Indígenas, no início de dezembro de 1997, o índio Álvaro Tucano, de São Gabriel da Cachoeira, no Alto Rio Negro, contou que, conversando com seu pai, Axkito, conseguiram enumerar 42 plantas medicinais existentes em sua reserva e enunciou a lista delas. "Os estudos realizados por nossos antepassados levaram milhares de anos", disse Álvaro. "Por isso, toda vez que chega o pesquisador que quer tudo prontinho, achamos ruim e somos roubados pelos entrangeiros e brasileiros", continuou. "Eles, depois que se tornam doutores, fogem dos velhos amigos ou nunca nos dizem para que serviu a pesquisa."

A Funai recebeu recentemente um pedido de autorização da multinacional francesa de cosméticos Yves Rocher, para entrar com uma equipe de botânicos, zoólogos e "perfumistas" – três franceses, dois americanos e quatro brasileiros –, para "ampliar o conhecimento sobre a composição florística e a fauna do Parque Nacional do Pico da Neblina" e "identificar plantas que possuam características olfativas peculiares e apropriadas para a criação de novas fragrâncias". A embaixada da França pressiona pela concessão da autorização.

A concorrente americana da Yves Rocher, a Aveda, já tem os pés solidamente plantados na Amazônia legal. Já em 1994, a Aveda lançava batons à base de urucum e babaçu, "com cores totalmente naturais da floresta tropical brasileira", segundo campanha publicitária na época.

Aparentemente, esse produto foi resultado de extração na Reserva Iauanauá, no Acre, já que consta dos arquivos da Funai um pedido de janeiro de 1995 para equipe da empresa visitar essa área, para "avaliar os resultados do projeto de plantio de urucum financiados pela Aveda e esboçar sua segunda etapa."

Em 1994, teve início projeto noutra reserva, dos guaranis e caiouás, próximo a Dourados, Mato Grosso do Sul, para explorar o urucum. Em nenhum dos dois casos foi firmado convênio com a Funai nem estipulada porcentagem de participação dos índios nos lucros. A retribuição veio na forma da construção de casas. (L.S.)